



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.19.094365-4/000



2019001016294

MANDADO DE SEGURANÇA
Nº 1.0000.19.094365-4/000
IMPETRANTE(S)
IMPETRADO(A)(S)

IMPETRADO(A)(S)
IMPETRADO(A)(S)

IMPETRADO(A)(S)
LITISCONSORTE(S)

4ª CÂMARA CÍVEL
BELO HORIZONTE
A C BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA
ALAN JOHNY FRANCISCO DA SILVA
ATRIBUIÇÃO DA PARTE EM BRANCO
COMPONENTE DA COMISSÃO
PROCESSANTE PERMANENTE
MARCELO GONÇALVES DA COSTA
PABLO HENRIQUE DE OLIVEIRA
SILVA FERREIRA ATRIBUIÇÃO DA
PARTE EM BRANCO PREGOEIRO
OFICIAL DA SECRETARIA DE
ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
PRISIONAL
SERGIO BARBOSA MENEZES
APARECIDA REGINA CASSAROTTI
EIRELI ATRIBUIÇÃO DA PARTE EM
BRANCO LITISCONSORTE PASSIVO

De início, é preciso observar que não há dúvida de que no mandado de segurança não se admite a dilação procedimental, especialmente no tocante à produção de provas.

Mas o Judiciário não pode se furtar ao exame de questões onde se pode verificar, com aplicação do princípio da razoabilidade, a plausibilidade do direito invocado, ainda que na fase de nascedouro da ação.

A impetrante, buscando demonstra a veracidade de suas alegações, apresenta laudo técnico obtido unilateralmente; o que, evidentemente, ainda que em uma ação ordinária, não seria admissível como prova.

Mas o Poder Judiciário tem evoluído nesse aspecto, como se viu no julgamento da famosa Ação Penal número 470, em que o Colendo Supremo Tribunal Federal admitiu que determinadas situações, tamanha a sua obviedade, podiam ser reconhecidas como ocorrentes, independente da existência de prova ditas concretas.

Fl. 1/3

Número Verificador: 1000019094365400020191016294